



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING INTERNET**

**09/12/2015 ATÉ 09/12/2015**



# INDÍCE

---

1	AÇÕES CORREGEDORIA	
	1.1 O IMPARCIAL ONLINE.....	1
2	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	2.1 SITE JUSBRASIL.....	2
3	COMARCAS	
	3.1 BLOG BARRA DO CORDA NEWS.....	3
4	SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO	
	4.1 BLOG RANDYSON LAÉRCIO.....	4
5	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	5.1 SITE CNJ.....	5
	5.2 SITE JUSBRASIL.....	6

## **Araioses - Justiça itinerante leva cidadania a milhares de pessoas**

*Fazendo cumprir o previsto no artigo 125, § 7º, da Constituição Federal, o Poder Judiciário em Araioses (409Km de São Luís) realiza uma série de ações sociais que levam serviços essenciais à promoção da cidadania. A coordenação dos trabalhos é dos juízes Marcelo Fontenele Vieira (1ª Vara) e Jerusa de Castro Vieira (2ª Vara e diretora do fórum), ambos titulares da comarca. Com o nome "Justiça Cidadã", o projeto será realizado em cinco etapas e acontece nos dias úteis de 09 a 15 de dezembro.*

*O objetivo da ação social é garantir a obtenção de documentos como certidão de nascimento, carteira de identidade, alistamento eleitoral, CPF, carteira de trabalho, dentro outros. Os cidadãos também terão acesso a serviços de orientação jurídica prestada por advogados e promotor de Justiça, além de atendimento com psicólogos e assistentes sociais. Em todas as etapas a mobilização acontece das 08h às 16h30.*

*As ações serão realizadas obedecendo a um cronograma que prevê trabalhos já nesta quarta-feira (09), prosseguindo até o dia 11, sexta. No fim de semana as ações dão uma pausa e voltam a ser realizadas nos dias 14 e 15. Além do Município de Água Doce (10/12), Termo Judiciário de Araioses, Justiça Cidadã deverá chegar aos povoados Carnaubeiras (09/12), Placas (11/12) e Cana Brava (14/12).*

*Finalizada a etapa no continente, a equipe de trabalho atravessa o mar rumo à Ilha de Canárias, segunda maior do Delta do Rio Parnaíba. Na ilha, a ação acontece no dia 15 de dezembro e finaliza as ações da justiça itinerante. Em Água Doce o evento acontece no Centro Administrativo do município, enquanto nas demais localidades será realizado em colégios.*

*O projeto Justiça Cidadã tem o apoio do Ministério Público, Junta de Identificação Civil, Viva Cidadão, Ordem dos Advogados, prefeituras de Araioses e Água Doce, além da ONG Maranhense de Defesa do Meio Ambiente. Esse trabalho cooperado reforça a proposta de atuação integrada entre órgãos públicos e sociedade organizada com o propósito de levar dignidade à população de áreas carentes, muitas delas distante dos centros urbanos. Além dos dois magistrados de Araioses, a equipe de trabalho conta com 01 promotor, 04 advogados, 01 psicólogo, 01 assistente social, 04 servidores da Justiça estadual, 04 servidores da Justiça eleitoral, 02 colaboradores de cartório, 02 servidores do Ministério Público, 02 servidores municipais, 02 servidores do Viva Cidadão.*

## **SEMANA DA CONCILIAÇÃO NO MARANHÃO REGISTRA QUASE DOZE MIL AUDIÊNCIAS**

*Um total de 11.499 audiências realizadas, das quais resultaram 2.636 acordos homologados. Esse foi o resultado da X Semana Nacional da Conciliação nas unidades judiciais do Maranhão. O total de audiências representa 82,38% das 13.959 audiências programadas. Já o valor total dos acordos somou R\$ 4.220.466,22 (quatro milhões, duzentos e vinte mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e vinte e dois centavos). Realizada de 23 a 27 de novembro em varas e juizados da capital e de comarcas do interior, a Semana de Conciliação, realizada de 23 a 27 de novembro, contou com a participação de 117 unidades judiciais em todo o Estado. Na edição de 2015, foram 22.304 pessoas atendidas, contra as 17.383 atendidas no ano passado. A participação de magistrados somou 455 em 2015 - em 2014 o número foi de 355. Um total de 609 conciliadores que participaram da ação neste ano superou os 559 de 2014. O mesmo se deu com o número de colaboradores - 2.090 em 2015 contra os 1.901 de 2014. Já os juízes leigos tiveram uma maior participação em 2014, quando somaram 32 - na edição de 2015 foram 08. Os valores homologados também ultrapassaram os registrados na edição da Semana da Conciliação do ano passado, quando os números atingiram R\$ 3.766.154,50 (três milhões, setecentos e sessenta e seis mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos).*

*A Semana Nacional da Conciliação é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça - CNJ realizada anualmente com a parceria de tribunais de Justiça de todo o país. Com o objetivo de disseminar a cultura da paz e do diálogo, a ação representa um esforço concentrado da Justiça para resolver o maior número possível de ações judiciais por meio da conciliação. Realizadas desde 2006, as semanas nacionais já resultaram em 1,25 milhão de acordos, superando R\$ 7 bilhões em valores homologados.*

## **Governo realiza 1º Feirão Imobiliário neste sábado e domingo**

*O Governo do Estado do Maranhão lança neste sábado e domingo, dias 12 e 13, o 1º Feirão Imobiliário do Servidor Público, pertencente ao Programa 'Minha Casa Meu Maranhão', feito em parceria com prefeituras tanto da capital como do interior. Na ocasião, serão disponibilizados mais de 10 mil imóveis em São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Imperatriz, Caxias, Balsas e Barreirinhas. O evento será realizado no Multicenter Sebrae, bairro do Cohafuma. Participam, também, o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Maranhão (Sinduscon-MA), Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário, Serviço Brasileiro de Apoio as Empresas, Caixa, Banco do Brasil, Bradesco, Corregedoria de Justiça do Maranhão e os cartórios dos municípios localizados na Ilha de São Luís.*

*Terão acesso ao leilão os servidores públicos estaduais, municipais e dos poderes Judiciário e Legislativo, ativos, aposentados e pensionistas, detentores de renda familiar igual ou superior a três salários mínimo. Os servidores residentes em outros municípios podem procurar as instituições financeiras e participar da ação.*

*Os interessados terão acesso a mais de 20 stands das construtoras e agentes financeiros participantes, onde serão disponibilizadas informações sobre os imóveis ofertados e condições de financiamento.*

*O objetivo é facilitar ao servidor público o acesso à moradia própria e dinamizar o setor imobiliário do Maranhão, com impactos positivos na geração e manutenção de empregos. Após o feirão, o Programa 'Minha Casa Meu Maranhão' terá continuidade por seis meses, pois o objetivo é valorizar o servidor público, possibilitando o acesso à casa própria e ao mesmo tempo, reduzir o déficit habitacional do estado.*

*De acordo com o presidente do Sinduscon-MA, Fábio Nahuz, o feirão visa facilitar o acesso dos servidores aos benefícios do Programa 'Minha Casa Meu Maranhão', reunindo os promotores e parceiros em um só espaço. "Durante o feirão, os servidores públicos terão toda uma estrutura e apoio institucional para conhecer mais sobre o programa. Nos estandes das construtoras, terão acesso aos imóveis disponíveis". Além de ampliar o acesso dos servidores ao programa, o Feirão tem um cunho solidário. Os interessados deverão levar uma lata de leite em pó para doar ao programa. Toda a arrecadação será entregue à Casa Sonho de Criança, localizada no bairro Fé em Deus, em São Luís.*

## **Curso preparatório forma interessados em adotar criança no Maranhão**

Trinta pessoas concluíram curso preparatório para quem pretende adotar uma criança ou adolescente, na quinta-feira (3/12), no Fórum de São Luís (MA). Se aprovados, os candidatos serão habilitados e incluídos no Cadastro Nacional de Adoção (CNA), ficando aptos para adotar. O curso, realizado em três etapas, é organizado pela 1ª Vara da Infância e Juventude, sendo obrigatório para o processo de adoção. Podem se candidatar casais (casados ou em união estável), pessoas solteiras ou divorciadas.

Ao buscar a unidade judiciária com interesse de adotar, a pessoa indica o perfil da criança, como idade, sexo e outros dados. Após o processo de habilitação, o perfil é incluído junto ao nome do pretendente à adoção no CNA. Quando se encontra a criança ou adolescente com o perfil indicado, o candidato é chamado, seguindo a ordem cronológica de inscrição no cadastro. A próxima etapa é o estágio de convivência entre o interessado em adotar e a criança, acompanhados pelos profissionais da Divisão Psicossocial da Vara da Infância durante todo o período

Após todas as etapas, é dado parecer da equipe psicossocial para que o juiz conceda a guarda provisória da criança e, depois, a adoção definitiva, se for o caso. Em paralelo, tramita o processo de destituição do poder familiar da criança ou adolescente. “É nesse momento da preparação, de todas essas etapas, que se observa se o pretendente a adoção tem estrutura psicológica e familiar para adotar”, afirmou a juíza Lícia Cristina Ferraz Ribeiro de Oliveira, que responde pela 1ª Vara da Infância e Juventude.

Êxito - “A adoção é um ato definitivo e a vasta maioria das pessoas que busca a unidade com o desejo de adotar mantém a vontade até o final do processo”, destacou a magistrada. Hoje, há na 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís 41 processos de habilitação e outros 65 de adoção. “Temos recebido cada vez mais pessoas interessadas em adotar e conseguido êxito nas adoções”, afirmou a magistrada. A unidade judiciária cumpre o procedimento determinado em lei para evitar que a criança ou o adolescente seja abandonado pelo candidato à adoção no processo de convivência familiar. “Quando isso ocorre, a criança é vitimizada duas vezes: abandonada pela família biológica e pelo pretendente a adoção”, observou.

Está previsto para fevereiro de 2016 curso com novos candidatos. A carga horária é de 24h e os participantes têm oficinas vivenciais, visitam abrigos para conhecer a realidade das crianças à espera da adoção e ouvem depoimentos de pessoas que participaram do curso e adotaram. O processo inclui entrevistas social e psicológica com os candidatos e visita domiciliar da equipe para conhecer o ambiente que acolherá a criança ou adolescente.

## **Balcão de Renegociação registra mais de R\$ 10 milhões em acordos**

O Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) registrou mais de R\$ 10 milhões em dívidas renegociadas entre clientes e empresas durante o “I Balcão de Renegociação de Dívidas”. Cerca de quatro mil pessoas buscaram a efetivação de acordos no evento, que integra o programa “Consumidor Adimplente – Cidadão com Plenos Direitos”.

O desembargador Cleones Cunha – eleito para a Presidência do Tribunal de Justiça para o biênio 2016/2017 – foi ao local do evento, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana. Ele disse que as atividades de conciliação alinham-se às recomendações do Conselho Nacional de Justiça e vão prosseguir durante a sua gestão.

“Todos ganham com a conciliação, que é essencialmente construtiva e continuará sendo estimulada em nossa gestão, pois contribui para que o Judiciário cumpra o seu papel de responder às reivindicações dos cidadãos de uma maneira mais rápida, eficiente e justa”, assinalou.

O presidente do Núcleo de conciliação do Tribunal de Justiça, desembargador José Luiz Almeida, acompanhou o desembargador Cleones Cunha durante a visita ao “I Balcão de Renegociação de Dívidas”. Ele afirmou que ao incentivar a realização de acordos, a iniciativa supera impasses desnecessários, que acabam sendo canalizados para o Poder Judiciário, aumentando a demanda processual.

Para o ano de 2016, o magistrado anunciou o mutirão das execuções fiscais. No evento, os cidadãos que tiverem débitos com o Estado ou Município poderão negociar dívidas durante a ação, que segue orientação da Corregedoria Nacional de Justiça.

**VALORES-** O coordenador do Núcleo de Conciliação do TJMA, juiz Alexandre, informou que o valor total das dívidas levadas para o “I Balcão de Renegociação de Dívidas” foi calculado em R\$ 10,2 milhões, sendo que a quantia parcial paga nas renegociações é de R\$ 13,4 milhões.

Os dados indicam que a Caixa Econômica atingiu o maior índice de negociação, seguida pelo banco do Brasil, Bradesco e Itaú. Durante o evento, outras empresas de variados ramos (concessionárias de energia e telefonia, bancos, lojas, instituições de ensino, seguradoras, entre outras), receberam o público, identificaram seus débitos e ofereceram propostas de negociação.

“A ação veio fortalecer o trabalho para a implantação da cultura de conciliação. As empresas conseguiram realizar renegociações importantes, os cidadãos puderam liquidar dívidas e o Judiciário permitiu a oportunidade de diálogo e de acordos entre as partes”, frisou o juiz Alexandre Abreu, informando que a Caixa, Banco do Brasil, Bradesco e Itaú estenderão os serviços oferecidos no Balcão em suas agências até o final de dezembro.

**ACORDOS-** O vendedor de lanches, Benedito Pinheiro, negociou com o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos do Estado do Maranhão (CEAPE). A dívida de R\$ 6.955 foi reduzida para R\$4.450. “Conseguí diminuir e parcelar o débito em três vezes. Agora será possível honrar com o meu compromisso financeiro”, declarou.

Roosevelt Mesquita também aproveitou a oportunidade para negociar sua dívida de cartão de crédito junto ao Banco Bradesco. Ele saiu do “I Balcão de Renegociação de Dívidas” muito satisfeito. “A dívida foi reduzida em

25% e o pagamento foi acordado em 24 vezes”, disse.

APOIO- O “I Balcão de Renegociação de Dívidas” contou com a parceria do SEBRAE; da Associação Comercial do Maranhão (ACM-MA); Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE); Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Empresarial da Associação Comercial do Maranhão (CBMAE-MA); Federação das Associações Empresariais do Maranhão (FAEMA); da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB).

EMPRESAS - Participaram do balcão as empresas: Alvorada Motos, Banco do Brasil, Bradesco, Caema, Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (Ceape), Claro/Sim, Dalcarr, Oi, Faculdade Facam, Faculdade Pitágoras, Fecomércio, Itaú, Lojas Gabryella, Mapfre Seguros, Marcopol, Mateus Supermercados, NET, Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz) e Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon), Caixa Econômica Federal.

## **Curso preparatório forma interessados em adotar criança no Maranhão**

Trinta pessoas concluíram curso preparatório para quem pretende adotar uma criança ou adolescente, na quinta-feira (3/12), no Fórum de São Luís (MA). Se aprovados, os candidatos serão habilitados e incluídos no Cadastro Nacional de Adoção (CNA), ficando aptos para adotar. O curso, realizado em três etapas, é organizado pela 1ª Vara da Infância e Juventude, sendo obrigatório para o processo de adoção. Podem se candidatar casais (casados ou em união estável), pessoas solteiras ou divorciadas.

Ao buscar a unidade judiciária com interesse de adotar, a pessoa indica o perfil da criança, como idade, sexo e outros dados. Após o processo de habilitação, o perfil é incluído junto ao nome do pretendente à adoção no CNA. Quando se encontra a criança ou adolescente com o perfil indicado, o candidato é chamado, seguindo a ordem cronológica de inscrição no cadastro. A próxima etapa é o estágio de convivência entre o interessado em adotar e a criança, acompanhados pelos profissionais da Divisão Psicossocial da Vara da Infância durante todo o período

Após todas as etapas, é dado parecer da equipe psicossocial para que o juiz conceda a guarda provisória da criança e, depois, a adoção definitiva, se for o caso. Em paralelo, tramita o processo de destituição do poder familiar da criança ou adolescente. “É nesse momento da preparação, de todas essas etapas, que se observa se o pretendente a adoção tem estrutura psicológica e familiar para adotar”, afirmou a juíza Lícia Cristina Ferraz Ribeiro de Oliveira, que responde pela 1ª Vara da Infância e Juventude.

Êxito - “A adoção é um ato definitivo e a vasta maioria das pessoas que busca a unidade com o desejo de adotar mantém a vontade até o final do processo”, destacou a magistrada. Hoje, há na 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís 41 processos de habilitação e outros 65 de adoção. “Temos recebido cada vez mais pessoas interessadas em adotar e conseguido êxito nas adoções”, afirmou a magistrada. A unidade judiciária cumpre o procedimento determinado em lei para evitar que a criança ou o adolescente seja abandonado pelo candidato à adoção no processo de convivência familiar. “Quando isso ocorre, a criança é vitimizada duas vezes: abandonada pela família biológica e pelo pretendente a adoção”, observou.

Está previsto para fevereiro de 2016 curso com novos candidatos. A carga horária é de 24h e os participantes têm oficinas vivenciais, visitam abrigos para conhecer a realidade das crianças à espera da adoção e ouvem depoimentos de pessoas que participaram do curso e adotaram. O processo inclui entrevistas social e psicológica com os candidatos e visita domiciliar da equipe para conhecer o ambiente que acolherá a criança ou adolescente.